

O ARQUÉTIPO DO ETAPISMO E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

FÁBIO GARCIA BORGES*
CLAUDINEI CÁSSIO DE REZENDE**

Resumo: A teoria pecebista da revolução em etapas, sincronizada pelo Komintern (que propugnava que a revolução “nos países com baixo desenvolvimento”, deveria ocorrer através de uma completude do capitalismo nacional por meio de uma revolução burguesa como *conditio sine qua non* para a revolução socialista), guiou o movimento comunista brasileiro dos anos 1920 à aniquilação da esquerda pela ditadura militar nos anos 1960. Os comunistas brasileiros se limitavam em identificar o agente a cumprir a tarefa histórica da primeira etapa da revolução. Por esse motivo, todas as tentativas de uma revolução burguesa no Brasil foram derrotadas, pois não se percebia o caráter bonapartista da burguesia nacional, tampouco a entificação do capital brasileiro pela *via colonial*, isto é, a ausência de processo revolucionário na transformação social, que acarreta na subordinação eterna do Brasil à corrente imperialista. Superando a debilidade pecebista, José Chasin demonstrou que na *via colonial*, o agente da transformação só poderia ser os trabalhadores. Nesse processo de *dupla transição*, premidos por carências básicas e organizados em torno de um programa que atinja e transforme as raízes geradoras do embrião atrófico do capital brasileiro, os trabalhadores ao mesmo tempo em que re-arranjam o desenvolvimento nacional centrado no progresso social ainda sob o modo de produção capitalista, acumulam forças objetivas e subjetivas para a superação deste.

Palavras-chave: etapismo, Komintern, José Chasin, PCB.

A NECESSIDADE DE UMA TEORIA DA TRANSIÇÃO PARA A SUPERAÇÃO DO STALINISMO

“Mas a exigência do nosso tempo é que o socialismo se liberte das cadeias dos métodos stalinianos.”
G. Lukács, *Carta sobre o stalinismo*.

Somente hoje, no *post-festum*, na lúgubre depleção do movimento comunista podemos ter a real dimensão da herança metodológica do stalinismo, que se abateu sobre o movimento comunista internacional. Acerca disso é indispensável impor a advertência: ao utilizarmos o conceito “stalinismo” não se trata de imputarmos uma categoria e encaixá-

la em dada realidade, mas, pelo contrário, entender através da análise imanente o fenômeno que extrapola a própria figura pessoal de Stalin. De nenhuma boa fé é lícito julgar que atribuímos a Stalin e ao stalinismo do Komintern a responsabilidade total do fracasso do movimento comunista internacional. Do mesmo modo, fazer a crítica ao stalinismo não significa, como pensam alguns, uma perda de prestígio para o marxismo, mas diametralmente ao contrário, uma vez que Stalin é a adulteração soturna do legado ontológico marxiano. Para caracterizar o conceito “stalinismo”, nos debruçamos sobre Lukács (1977), que faz a

crítica implacável tendo como eixo central o problema do método de Stalin e das dimensões que o stalinismo tomou no desenvolvimento do Estado soviético. Escreve,

Começo por uma questão de método, aparentemente muito abstrata: a tendência staliniana é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, a de instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui aparece claramente o contraste entre Lênin e Stálin. (LUKÁCS, 1977, p. 6)

Lukács lembra a categoria de recuo, que era tão sabiamente utilizada por Lenin, mas que por Stalin se esvai, achando um modo de dar justificativas às suas ações, apresentado-as como consequência direta e necessária da doutrina que por ele foi chamada de marxista-leninista. Para conseguir esse feito, Stalin suprimiu todas as mediações e estabeleceu uma ligação imediata entre teoria e prática. Muitas vezes adulterou escritos de Lenin para conseguir adaptar sua prática à teoria leninista, pois realizava generalizações citológicas. Vale lembrar, *verbi gratia*, seu debate com Trotsky sobre a questão chinesa. Enquanto Trotsky defendia a tese de que,

/.../ já que na China predominavam relações asiáticas típicas de produção, estudadas teoricamente por Marx, uma revolução democrático-burguesa (correspondente à passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa) era supérflua, devendo adotar-se o programa imediato de uma revolução proletária. Stálin compreendeu bem a falsidade e periculosidade política desta posição. Mas, em lugar de refutá-la com uma análise concreta da situação chinesa contemporânea e dos objetivos táticos pela mesma exigidos, deduziu *sic et simpliciter* a partir dos princípios gerais da ciência a estrutura das relações asiáticas de produção e estabeleceu a existência de um feudalismo chinês e asiático em geral. Em seguida, toda a orientalista na União Soviética foi chamada a situar uma formação inexistente (o “feudalismo asiático”) na base de suas pesquisas. (LUKÁCS, 1977, p. 7)

É exatamente sobre esse aspecto metodológico que se assentou a verdade stalinista da história. Nenhuma ciência socialista¹ escapara ilesa dessa redução metodológica. É sobre esse eixo que caminhou, de maneira infiel e ulterior ao

pensamento marxiano, o Komintern stalinizado com a teoria etapista, que guiou ora direta, ora indiretamente, a chamada revolução mundial e influenciou o rumo da esquerda brasileira por quase meio século, propugnando um universo arquetípico da realidade.

Não obstante, a necessidade de uma teoria da transição apareceu com urgência como fruto da revolução de outubro e, conseqüentemente, mesclou-se com as determinações específicas e os interesses da sociedade soviética. O próprio debate sobre o “socialismo em um só país” fora perplexo pelo fato de que propugnava que um país devastado, subdesenvolvido e em situação de isolamento daria, *per si*, o grande salto à frente por toda a humanidade. Isso se agrava agudamente com a vitória do stalinismo no movimento comunista mundial, quando o “caminho soviético para o socialismo” veio a ser proclamado como modelo compulsório para toda transformação socialista possível e adotado pelo Komintern.

Nem a chamada desestalinização promovida por Khrushchev consegue dar conta da problemática – sobretudo, porque tratou de reafirmar o mérito staliniano nos expurgos de seus oponentes, tratando apenas de rever os problemas morais, enquanto a urgência apontava para meio século de marxismo quimérico. Mészáros corrobora:

A urgente necessidade de tal teoria apareceu na agenda histórica com a Revolução de outubro, mas se afirmou numa forma parcial inevitável. Assim teve de ser, primeiramente por causa do peso dos constrangimentos e contradições locais, sob os quais a revolução teve de ser empreendida como uma *holding operation* (Lênin) para que pudesse sobreviver. Mas, além disso, a parcialidade em questão foi consequência das determinações históricas essencialmente defensivas a que as forças combatentes socialistas do período estavam sujeitas, na sua confrontação desigual com o capital. Estas últimas representaram um submergente condicionante negativo, que Stalin, apologeticamente, transformou em virtude e modelo, frustrando e paralisando, assim, até mesmo a limitada dinâmica potencial do movimento socialista internacional, por décadas. (MÉSZÁROS, 1988, p. 121).

Arquétipos muito mais próximos ao pensamento weberiano do que ao pensamento marxiano que tomaram dimensões singulares na idéia da revolução mundial e que balizou também o pensamento social brasileiro. Embora com até certa

¹ Tampouco as ciências naturais. Podemos citar o emblemático caso do lyssenkismo. Trofim Denissovitch Lyssenko (1898-1976), apoiado por Stalin, contrariando toda a ciência genética das plantas de sua época, criou um método de desenvolvimento agrário que trouxe um ônus enorme à economia soviética. Atrasou também o desenvolvimento da biologia na URSS, onde os propagadores da “genética ocidental” foram presos e executados como traidores do povo soviético, nos expurgos de 1937-1938.

autonomia, a formulação pecebista de maior difusão acerca da revolução no Brasil caminhou sincronicamente com as teses do VI Congresso do Komintern, de 1928, e sua reafirmação em 1929. Tal formulação pelo Komintern estabelecia uma revolução por etapas, classificando os países por seu desenvolvimento histórico, agrupando-os em blocos, a saber, países de alto desenvolvimento, médio desenvolvimento e países coloniais e semicoloniais. De acordo com tais teses, nesse terceiro bloco a luta deveria concentrar forças contra o feudalismo instalado nesses países, e pelo desenvolvimento agrário antiimperialista, noutras palavras, a luta circundava a independência nacional. Quando, portanto, no Brasil em 1929 o PCB, umbrícola da Internacional, adere às teses², já havia a tentativa de alianças dos comunistas com os “setores democráticos e progressistas” de uma “burguesia nacional”. De sorte que os comunistas brasileiros de maneira geral acreditavam que a burguesia brasileira possuía um projeto nacional.

Nos cinquenta anos iniciais do PCB, e aqui não se exclui nenhuma das suas dissidências oriundas da fratura da esquerda durante a ditadura, a *weltanschauung* hegemônica fora pela realização da quimérica revolução democrática nacional, que pudesse comungar um estatuto de cidadania, um desenvolvimento das forças produtivas do capital, e erigir um Estado nacional democrático, como pressuposto da revolução socialista. Como nos demonstra Del Roio,

O tema da democracia, nesse quadro, nunca esteve desvinculado dos fundamentos econômico-sociais. Mas desde que para os comunistas não pairava dúvida de que a revolução em questão era de natureza social burguesa, a democracia não poderia se efetivar dissociada do eixo da difusão do industrialismo no seio das relações sociais da produção. Da mesma maneira, a democracia não poderia se efetivar no país sem uma solução que indicasse a superação do poder agrário oligárquico e do monopólio da propriedade da terra. A questão, já sinalizada, era de quais as forças sociais capazes de realizar tal movimento sócio-histórico. (DEL ROIO, 2003, p. 293)

² O primeiro esforço sintético de teorização da revolução brasileira foi um texto preparado por Octávio Brandão (ZAIN DAN, 1985) para uma reunião da direção do PCB em outubro de 1927 e que foi publicado com alterações no nº6 da revista Autocrítica com o título: “O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa”. Nesse sentido, está evidente a confusão do caráter burguês da revolução com o seu agente. Sobre uma primeira aparição de um feudalismo no Brasil, temos Capistrano de Abreu em seu ensaio “Capítulos de história colonial” de 1907, onde realçava elementos feudais na organização das capitânicas hereditárias.

E de fato encontramos na análise de Lenin (1986) sobre a Rússia de 1905 um embasamento que demonstra claramente que uma revolução socialista sucumbiria se não se assentasse antes em uma base material claramente burguesa, na medida em que a sociedade burguesa traz consigo avanços necessários para o desenvolvimento das forças do trabalho.

Os neo-iskristas interpretam de modo radicalmente errado o sentido e a significação da categoria “revolução burguesa”. Nos seus raciocínios transparece constantemente a idéia de que a revolução burguesa é uma revolução que só pode dar aquilo que beneficia a burguesia. E, contudo, não há nada mais de errado nessa idéia. A revolução burguesa é uma revolução que não ultrapassa o quadro do regime econômico-social burguês, isto é, capitalista. A revolução burguesa exprime as necessidades do desenvolvimento do capitalismo, não só não destruindo as suas bases, mas, pelo contrário, alargando-as e aprofundando-as. Esta revolução exprime, portanto, não apenas os interesses da classe operária, mas também os de toda a burguesia. Uma vez que a dominação da burguesia sobre a classe operária é inevitável sob o capitalismo, pode-se dizer com todo o direito que a revolução burguesa exprime os interesses não tanto do proletariado como da burguesia. Mas é completamente absurda a idéia de que a revolução burguesa não exprime em nenhuma medida os interesses do proletariado. (LENIN, 1986, p. 405-6)

Segundo Lenin, para a burguesia russa era mais vantajoso que as transformações num sentido democrático e burguês ocorressem mais lentamente, mais gradualmente, pelas vias de reformas e não de revolução, mantendo conciliações numa modernização reacionária. Para o proletariado era mais vantajoso que esse avanço acontecesse por meio de uma revolução burguesa. Desse pensamento se consagra a tese do Komintern, exterior ao pensamento de Lenin, de que inexoravelmente em todos os países atrasados a revolução burguesa deveria se concretizar plenamente antes de uma possível revolução socialista.

Não fugindo disso, mas ainda sem a interferência do Komintern³, a teorização do

³ As interferências mais incisivas do Komintern no PCB ocorrem após a realização do III Congresso do PCB, quando o “segundo período de bolchevização” foi colocado em prática pelo PC russo e o stalinismo se expandiu a todas as organizações vinculadas diretamente ao Komintern. Sua política intervencionista dissolve o primeiro período do PCB sob o signo de “perigos de direita”, culminando no afastamento dos líderes do PCB, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Isso viria a ser chamado de “proletarização” do partido. O Komintern indica José Villar, substituindo Heitor Ferreira Lima na secretaria geral do PCB, isto é,

protomarxista Octávio Brandão (1985) sobre a revolução brasileira fazia um desenho estratégico de ação do operariado para a revolução burguesa em face da crise da República dos oligarcas. Sua teoria, não fugindo do caráter etapista, ainda conseguia verificar a possibilidade de uma aliança com os trabalhadores rurais e a burguesia para a revolução democrática, que no fim, seria guiada pelo proletariado. Percebendo no Estado agrário o maior entrave para o desenvolvimento econômico do capital, Brandão propugna uma frente-única anti-Partido Republicano “contra os grandes proprietários rurais feudais e imperialistas”, com um alcance amplo, contra todas as frações “da grande burguesia: comercial, industrial, burocrática”. O seu Agrarismo e Industrialismo fora a tentativa de articulação do Bloco Operário – logo transformado em Bloco Operário e Camponês – com o tenentismo.

A tentativa de Brandão tratou de incorporar os movimentos burgueses e pequeno-burgueses de caráter nacionalista ao bloco operário, que, em 1927 se transformara em Bloco Operário e Camponês.

Depois de fracassada a tentativa de aproximações nos anos 1929-30 entre Luis Carlos Prestes e o PCB, o encontro definitivo ocorre por conta da Aliança Nacional Libertadora. Em 1935, por ocasião do VII Congresso do Komintern, a tática geral do movimento comunista internacional era de alianças com a burguesia “progressista e nacional”. Isso, aliado à derrota da Insurreição de 35, gerou a guinada à direita do PCB, culminando posteriormente na reconstrução do partido em três frentes, sendo um deles de oposição a Prestes.

O discurso da ALN em 1935 era da luta contra o fascismo no Brasil – claramente influenciado pela estadia de Prestes na URSS e do avanço do fascismo sob a Itália e a Alemanha. Essa teoria fora reafirmada na Conferência da Mantiqueira, em 1943, sintetizada por Prestes – quando assume de vez o secretariado geral do PCB – acerca do caráter da Segunda Guerra Mundial, de que era a “guerra de todos os povos pelo

esmagamento do fascismo, sob o exemplo extraordinário da União Soviética, dirigida por Stalin!” (*apud* SEGATTO, 1989, p. 55). No imediato pós-guerra o programa do PCB era colocado por Luis Carlos Prestes como uma “realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei” (*apud* SEGATTO, 1989, p. 61) a fim da disputa legal das eleições. É nesse período que o PCB edifica sua linha política mais duradoura, que deixava de lado a tática de classe contra classe e adotava a linha do VII Congresso do Komintern, a política das frentes populares, apontando para unidades políticas de associação entre os “setores progressistas” da burguesia nacional, para a construção da primeira etapa da revolução.

Com o advento da Guerra Fria, se modificam os rumos da política brasileira e o PCB cai mais uma vez na ilegalidade. Fazendo autocrítica de sua guinada à direita, o PCB em 1950 lança seu Manifesto de Agosto, apontando o governo brasileiro como de traição nacional. Em 1952, com a Resolução Sindical, o PCB desfruta de grande prestígio e introduz aspectos importantes na orientação sindical, levando um amplo trabalho de massas que se esgotaria somente com a renúncia de Jango.

Para Mazzeo (1999) até o Manifesto de Agosto de 1950 o PCB ainda não tinha conseguido teorizar além do esquema de construção etapista precedendo a revolução proletária. Na Declaração de Março de 1958, o núcleo dirigente do PCB estava ainda com a débil teoria da existência de relações feudais e semifeudais no campo. O calcanhar de Aquiles da Declaração foi ratificar a revolução por etapas e seu caráter-nacional libertador, contando com uma aliança com a burguesia progressista, que romperia por si só com o imperialismo e com os restos “feudais”.

Mesmo com a dissolução do Komintern na Segunda Guerra Mundial e do Kominform em 1956, a gravitação dos partidos comunistas do mundo todo ainda era em torno do PCUS. No entanto, doravante, deixava de ser intermediada por um órgão internacional, sendo diretamente ligada ao Partido. Conforme acusa Mazzeo,

Podemos perceber então que a tentativa de atualização do instrumental teórico utilizado pelo partido não permitiu a ruptura com sua raiz dogmática e de aplicação mecânica das velhas concepções forjadas pela IC. Ao contrário, reafirmava-a em seu núcleo teórico mais negativo – o

desmantelando seu núcleo antigo. Toda a teorização original da revolução burguesa, vista como democrático-pequeno-burguesa por Octávio Brandão, foi descartado sumariamente por conta da chamada bukharinização do movimento comunista internacional, sendo, cronologicamente, o VI Congresso do Komintern, o III Congresso do PCB, a I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, e mais tarde a influência de Jules Humbert-Droz no Bloco Operário Camponês. A figura de Luis Carlos Prestes fora importante no período stalinista do PCB. Cf. Del Roio (1990).

“etapismo” e a visão arquetípica da realidade nacional. /.../ A Declaração de Março será a expressão de um exaurido instrumental teórico, adequado a um grupo dirigente tardio, que materializava em sua concepção política a via stalinista de socialismo. (MAZZEO, 1999, p. 87)

A CRÍTICA CAIOPRADIANA E A REVOLUÇÃO EM ETAPAS NOS ANOS 1960

O desenvolvimento dessa teoria que se segue nos anos 1950 sofrera um grande golpe quando aparece o questionamento de Caio Prado Júnior em 1960, por ocasião do V Congresso do PCB. Caio Prado Júnior já reconhecia que a idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas era inteiramente estranha a Marx e Engels. Marx nunca estendera a interpretação do que ocorria na Europa, a germinação das formas capitalistas de produção no seio da economia feudal, para as demais partes do mundo. Tampouco criou um determinismo em que há estágios invariáveis de desenvolvimento a serem atingidos e ultrapassados a dar finalmente num socialismo, como numa fatalidade histórica. Caio Prado Júnior já criticava a política do PCB e sua subordinação à política internacional:

Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. (PRADO JR., 2004, p. 33)

Continua ainda que,

Nada há portanto tão estranho ao marxismo e dele afastado como pretender dispor a evolução histórica das sociedades em geral dentro de uma sucessão predeterminada de sistemas econômicos, sociais e políticos que se encontrariam em todos os povos e que eles necessariamente atravessam. E é isso que fizeram e ainda fazem certos pseudomarxistas, sem ao menos se darem conta disso, quando prefixam para todo e qualquer país uma etapa feudal, que existiu na Europa precedendo o capitalismo, e de que esse capitalismo resultou ou a que sucedeu. (PRADO JR., 2004, p. 35)

Quando a obra de Caio Prado (2004), *A Revolução Brasileira*, foi apresentada como

programa ao VI Congresso do PCB, o movimento comunista nacional amargava a derrota de 1964, e o movimento comunista internacional passava por uma reconfiguração de seu padrão analítico, desde 1956, oriunda da desestalinização iniciada no XX Congresso do PCUS, por Khrushchev, três anos depois da morte de Stalin. Desestalinização, importante lembrar, que somente continuou a política stalinista sem a figura de Stalin, apontando que os expurgos dos anos 1930 foram crimes contra o partido e que o maior problema residira então em um culto à personalidade.

Apesar do contexto nacional e internacional, Caio Prado Júnior continuou na marginalidade em detrimento da teoria “consagrada” de Nelson Werneck Sodré, que casara sempre com o PCB. Para Prado Jr. (2004) a teoria consagrada da revolução brasileira fora arquitetada conjuntamente com um bloco de países com características distintas, e que, logo não encontrando no Brasil características capitalistas desenvolvidas, se presumiu que estivéssemos no esquema geral da transição, típica da Europa, do feudalismo para o capitalismo. Daí parte-se a teoria etapista de que há uma maneira única e universal de combate ao imperialismo, isto é, de extirpar os resquícios “feudais” do campo brasileiro, que seria do mesmo modo, *ipsis litteris*, que na Ásia. Acusa que

No estabelecimento das bases em que se assentaria a teoria da revolução brasileira, partiram seus primeiros autores, /.../ não da análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no país /.../ mas da consideração de um esquema teórico abstrato, admitido *a priori* e sem indagação prévia alguma, acerca da aplicabilidade desse esquema à realidade brasileira. Segundo esse esquema, a humanidade em geral e cada país em particular /.../ haveria necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo. (PRADO JR., 2004, p. 32)

De acordo com Caio Prado, o Brasil fora particularmente prejudicado no *Bureau* do SSA-IC, com sede em Montevideu, pois se preocupavam demasiadamente no momento com a condição argentina, e mais tarde com a condição hispânica-americana. Para Caio Prado, nada se sabia sobre o Brasil, e isso inclui a afirmação de que no documento de 1933, *Por um viraje decisivo en el trabajo campesino*, o Brasil exportava borracha como um dos

principais elementos de sua produção (o que era inverdade) e nada fora citado sobre o cacau, *primum* da exportação brasileira na época. Jules Humbert-Droz⁴, embora tentasse particularizar o Brasil nesse esquema, corroborando com Caio Prado Jr. sob o viés capitalista brasileiro, era impotente. No material preparatório, nas teses e no informe de Humbert-Droz no VI Congresso do Komintern, não existem referências às formas feudais de produção na América Latina, mas sim de semicolônia e de produção colonial-capitalista. A formulação feudal-medieval vai aparecer pela primeira vez no Programa do Komintern, absorvida na I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-americanos, realizado em 1929, quando, efetivamente serão elaborados elementos gerais de uma teoria de revolução na América Latina, por conta do sucesso da insurreição mexicana e da revolução chinesa – derivando daí, também, a idéia de uma *via chinesa* latino-americana.

Caio Prado (2004) analisou o desenvolvimento econômico do feudalismo particular que levava Lenin (1986) a escrever sobre a necessidade da revolução democrática, não encontrando sequer um paralelo com o caso brasileiro, isso porque, dizia, no Brasil faltou a base em que se assenta o sistema agrário feudal, ou seja, uma economia camponesa com exploração parcelária da terra ocupada e trabalhada por camponeses. No Brasil a questão da terra passa a ter uma singularidade. Segundo Caio Prado, a natureza histórica da propriedade rural brasileira é absolutamente diferente, ocorrendo exploração comercial em larga escala. Ademais, todo trabalhador do campo no Brasil conhecia de alguma forma, quando se pôs fim ao trabalho negro forçado, o assalariamento. E mesmo que se às vezes o pagamento fosse híbrido entre salário e valor *in*

natura não se tratava de um camponês propriamente, mas de um trabalhador subordinado ao proprietário numa venda direta da força de trabalho, fórmula capitalista. O escravo e seu sucessor assalariado não lutam como o camponês pela livre utilização da terra. O próprio desenvolvimento das forças produtivas da condição indígena pré-colombiana no Brasil era distinto da condição mexicana, por exemplo. Enquanto o camponês se achava associado à terra, o assalariado se liga diretamente ao empregador na fórmula marxiana da mais-valia.

No momento em que a obra caiopradeana inspira o rompimento de vários comunistas por conta do arremate aflitivo do chofre de 1964, levando-os à luta armada, Carlos Marighella cria a Ação Libertadora Nacional. Na verdade, vendo a posição pacífica do PCB e somando o sucesso da revolução cubana, Marighella viaja a Cuba em 1967 para participar da Organização Latino Americana de Solidariedade, na verdade, um evento que pretendia ampliar a revolução cubana para a América Latina. Por conta da ocasião, Carlos Marighella não questionava as velhas teses do PCB quanto ao caráter da revolução, mas questionava os agentes dessa revolução. Para Marighella os partidos políticos já não cumpriam mais esses papéis revolucionários, especialmente na intensificação da ditadura no Brasil após o Ato Institucional nº 5, em 1968. Continuava prevendo a revolução brasileira por etapas: a primeira como revolução de libertação nacional burguesa, e a segunda de natureza socialista, num momento em que já se encontrava eliminada a presença do imperialismo na economia. A diferença consistia, portanto, na direção dessa revolução, isto é, na vanguarda. Marighella (1979) começou a acreditar que a falha no caminho da revolução burguesa era a crença de que a burguesia tomaria para si a sua tarefa histórica. Mas não fugiu de arquétipos.

Conforme aponta Ridenti (2003) o projeto de Marighella para a Ação Libertadora Nacional congregava o maior número possível de forças sociais a fim de promover a libertação nacional sob o impulso da guerrilha. A luta armada que se iniciava na cidade e num momento posterior chegava ao campo, cumpriria a tarefa histórica que a burguesia não realizara, ou seja, a etapa democrática da revolução.

Para Caio Prado, (2004) quase toda a esquerda atuante naquele período interpretaram o

⁴ Jules Humbert-Droz, suíço, foi responsável pelos partidos latinos no Komintern, e foi dirigente do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista SSA-IC. Vinculado politicamente a Bukharin, seu relatório como contribuição preparatória para o VI Congresso do Komintern continha importantes esforços analíticos que procuravam ressaltar aspectos particulares da realidade latino-americana. Caracterizou os países da América Latina como semicoloniais, percebendo o caráter dependente das suas burguesias nacionais em relação ao imperialismo. Em suas teses está ausente o caractere feudal na colônia e em seu lugar temos a caracterização de semicolônia e de regime colonial capitalista. Cf. Relatório de Humbert-Droz ao VI Congresso Mundial da IC, in G. Perillo. *L'America Latina al VI Congresso del IC*, Movimento Operaio Socialista, Rivista Trimestale di Storia e Bibliografia, nº 2-3, 1970. Havia, portanto, um secretariado disposto ao Brasil para o programa soviético da revolução mundial. Cf. Pinheiro (1991) e também Mazzeo (2003).

início dos 1960 como de ascenso e avanço revolucionário, e que de fato nada mais serviu senão para preparar o golpe de 1964. Os comunistas não reagiram violentamente em 1964 quando Luis Carlos Prestes declarou que o golpe seria vencido pela Greve Geral comandada pela CGT, e especialmente pela iniciativa favorável de Mauro Borges nas suas vésperas⁵. Marighella, *ipso facto*, apresenta um informe no jornal pecebista Voz Operária, contrariando as teses do VI Congresso do PCB, em 1966, que propunha um embate à ditadura por meios pacíficos através de alianças com a burguesia nacional. Informe que teve aceitação por 33 dos 37 delegados presentes na Conferência Estadual dos Comunistas de São Paulo. Mas o rompimento oficial de Carlos Marighella com o PCB ocorre na Organização Latino-Americana de Solidariedade, em 1967, em Cuba. Influenciado pelo sucesso da revolução cubana, pelas teses do foco guerrilheiro⁶, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira criam em 1968 o Agrupamento Comunista que viria a ser, meses mais tarde, a Ação Libertadora Nacional⁷.

No relativo atraso da revolução burguesa no Brasil, Marighella não considerou dois aspectos importantes. O primeiro, o movimento de massas. Marighella dizia que a propaganda armada não significava que o esforço da Ação Libertadora Nacional era para ganhar o apoio das massas, mas que “/.../ bastava ganhar o apoio de uma parte da população” (1974, p. 98). Para ele, seriam necessários vários grupos armados para que ocorresse a revolução que derrubasse a ditadura,

ditada autoritária e fascista⁸, admitindo-se um partido de massas como vanguarda num segundo momento, como ocorre na revolução cubana. O segundo, é que Marighella buscou completar o incompletável embrião do capital no Brasil por meio de uma revolução – como o nome da organização já diz – de libertação nacional como fase imprescindível de uma revolução socialista. Ao fazer isso, Marighella não buscou reconhecer a particularidade histórica do capitalismo no Brasil, por sua imanência, trazendo de modo mecanicista a teoria que Prado Jr. denominou “consagrada”, ou seja, do caractere feudal no campo brasileiro e da revolução em etapas.

Para Caio Prado Júnior, o núcleo basilar da política marxista no Brasil deveria se centrar no proletariado, e não se subordinar à burguesia nacional, sendo que esse proletariado, na medida em que avançasse em sua organização, construiria alianças, inclusive com setores da burguesia que, por um motivo ou outro, momentaneamente, estivessem em divergências com o imperialismo, já que a burguesia brasileira não apresenta em sua essencialidade um caráter nacional.

Caio Prado Júnior evidencia explicitamente que o caráter capitalista da colonização desde sua origem se insere no amplo processo que irá desaguar no imperialismo, análise que de *per se* demarca ontologicamente a noção de processualidade genética do capital em seu momento de afirmação, como aponta Marx no livro 3 do capital, a partir do século XVI. Mazzeo coloca nos seguintes termos:

Dimensionando a particularidade histórica brasileira, Prado Jr. demonstra que a raiz colonial do Brasil – e sua não-superação – determina uma inserção subordinada no conjunto do sistema mundial do capitalismo, onde a não realização de um processo modernizador a partir de uma ruptura revolucionária

⁵ Mas Mauro Borges não reagiu ao golpe de abril, como se pensava. O Coronel Mauro Borges fôra o único governador (GO) a acompanhar Brizola na oposição aberta aos militares que tentaram impedir a posse de João Goulart na presidência da república após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Na época, Mauro Borges não apenas mobilizou a Polícia Militar como chegou a abrir o voluntariado civil para a resistência armada ao golpe comandado pelos ministros marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, da Aeronáutica, e vice-almirante Sílvio Heck da Marinha.

⁶ A teoria do foco guerrilheiro ou foquismo pode ser encontrada na proposta de Guevara e desenvolvida no livro “Revolução na Revolução” de Régis Debray (1967). A teoria do foco consistia em três momentos específicos: a instalação do grupo guerrilheiro, a fase do desenvolvimento da guerrilha e, finalmente, a tomada do poder. Teoria que obteve grande difusão quando do sucesso da revolução cubana.

⁷ Outros grupos guerrilheiros mais à esquerda propunham táticas de ação claramente inspirada na linha classe contra classe, rejeitando a possibilidade de uma aliança entre setores da pequena-burguesia, como fazia a ALN. No entanto, mantinham a necessidade de um movimento nacional-libertador, mantendo o esquema arquetípico do Komintern. Debates apenas a ALN nesse artigo, pois significa a maior expressão da luta armada de esquerda no Brasil nos anos 1960.

⁸ O caráter da ditadura militar no Brasil era bonapartista, conforme aponta Antonio Rago Filho (2001), pois trata de romper o processo democrático que estava em marcha. Segundo Rago, a rigor, se trata de uma autocracia burguesa. Os conceitos autoritário e fascista são mais alguns que, como revolução, caíram em vulgarizações. Assim como o conceito de totalitarismo desenvolvido por Hannah Arendt não explica um fenômeno por sua imanência, mas reflete uma concepção de mundo pela negação de um estado liberal, visto como paradigma de ápice do desenvolvimento humano-genérico. O conceito de fascismo, de igual modo, também reflete uma inexistência de uma análise. O Estado brasileiro não gerou, em espécie alguma, um fascismo – nem no pós 1964 nem com o integralismo – na medida em que sua forma de objetivação do capital não acarretava tal possibilidade, típica dos países europeus que seguiram o caminho prussiano, e que fazem do fascismo uma medida extrema do capitalismo para integrarem-se, mesmo que debilmente, ao elo imperialista.

com a estrutura colonial, em moldes burgueses /.../ lança o Brasil tardiamente no processo de industrialização e, conseqüentemente, no redimensionamento da economia mundial a partir da segunda metade do século XIX. (MAZZEO, 2004, p. 163-4)

Desse modo, Caio Prado Júnior define o Brasil como uma forma capitalista não-clássica, já que a forma transitória da economia mercantil para o processo de industrialização, ou melhor, da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital, acontece sem a eclosão de uma ruptura revolucionária com sua morfogênese colonial, demonstrando um elemento colonial-escravista do capitalismo brasileiro.

Portanto não se trata, como quer Del Roio (2000), de entender Caio Prado Júnior como um “liberal-democrata keynesiano” quando este não vê a possibilidade de uma revolução socialista face o desmantelamento da esquerda proveniente do golpe de 1964. Quando Del Roio diz que Caio Prado Júnior vê o Brasil “desde as origens [como] uma grande empresa capitalista inserida no mercado mundial”, e que logo, “não há qualquer sentido em se falar de revolução burguesa” (DEL ROIO, 2000: 101) desconsidera a análise de Prado Júnior da anatomia colonial-capitalista como a modernização conciliadora – e não revolucionária – da subsunção formal do trabalho ao capital se metamorfoseando em subsunção real. E isso não significa dizer que a existência de um capital mercantil (da anatomia colonial da acumulação originária) seja a forma acabada do capitalismo, a sua forma de existência que dispensaria uma revolução burguesa ou outra saída modernizadora. Caso essa afirmativa fosse verdadeira, seria impossível explicar a revolução industrial inglesa como uma revolução burguesa clássica.

JOSÉ CHASIN E A VIA COLONIAL DE ENTIFICAÇÃO DO CAPITAL

Intelectual invulgar, José Chasin demonstra preocupação com o conceito de revolução passiva e de via prussiana para o Brasil; esta preocupação traduz-se na busca de entender a particularidade histórica do processo de industrialização brasileiro, inteligência que, apesar de representar um avanço sem precedentes na historiografia da esquerda

brasileira, poderia correr o risco de se cair novamente em um modelo arquetípico da análise da particularidade histórica brasileira.

Como parte de seu esforço analítico de apreender a realidade brasileira, Chasin (2000) recusa todo e qualquer arquetipo que a explique – posição que segue o esforço analítico de Caio Prado Júnior. Tal recusa alcança, inclusive, os modelos impostos pelo Komintern e mais tarde, com a dissolução deste, pelo Kominform. Podemos perceber isto no fato de Chasin – tendo Lukács como mediador – tomar as proposições marxianas e lenineanas não como verdades absolutas e atemporais, mas sim como exemplos de esforço e autênticos procedimentos de rigor analítico do processo de extrair do próprio objeto caracteres essenciais que permitam entendê-lo – no caso de Marx, eminentemente, o capital e a construção do devir do homem. Portanto, Chasin se apóia na recuperação de um estatuto ontológico do pensamento marxiano. Assim,

O esforço de encetar a análise ontológica da realidade brasileira implicou a crítica e superação das abordagens que tomam o caráter universal do modo de produção capitalista e os traços singulares de cada formação social como categorias exteriores uma à outra, de sorte que o primeiro se reduz a um conjunto de “atributos e leis genéricas” que, em seu isolamento, se enrijecem e autonomizam, adquirindo as feições de modelo, enquanto os segundos, também graças ao isolamento, reduzem-se a dados imediatos, cujo efetivo significado resta inalcançável. A inteligência adequada da realidade exige a dissolução desses coágulos enrijecidos pela mediação de suas formas específicas de existência: a particularidade, “ou realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas”⁹. (COTRIM, 2000, p. III)

Diante desse quadro, percebemos que a análise chasiniana da objetivação do capitalismo industrial brasileiro se revela distante da análise enrijecida e (muitas vezes) importada que a esquerda brasileira possui, visto que esta se desobriga da tarefa de estudar o tecido societário sobre o qual se desdobra o campo econômico-político brasileiro, uma vez que este é determinante de como se objetiva nosso capitalismo industrial. A postura desta esquerda, que vai do antigo PCB até a nova esquerda – surgida no princípio da distensão da ditadura e já despossuída de qualquer pretensão de

⁹ *Apud* Chasin (2000).

revolução –, revela-se em nada semelhante com a de Marx, Engels e, posteriormente, Lenin, de entender através de abstrações razoáveis a via de entificação do capitalismo na Alemanha – denominada pelo último de via prussiana. Assim, de maneira congruente, Chasin qualifica nestes dois excertos a via prussiana e credita, no primeiro, a observação dela já nos escritos de Marx:

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lenin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho, trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma conciliação com o atraso*: “Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da ‘via francesa’ ou da ‘via russa’, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo ‘pelo alto’ que exclui inteiramente a participação popular”.¹⁰ Se a denominação é devida a Lenin, a observação da particularidade do atraso alemão, sabe-se, é algo bem mais antigo. As menções que fizemos da *Crítica do Programa de Gotha* (1875) a contêm, e basta lembrar da *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (1843) para constatar a antiguidade e a permanência da postura. (CHASIN, 2000, p. 39)

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os *pecados* de todas as formas de estado”. (CHASIN, 2000, p. 42)

Em vista disso, se o conceito de via prussiana consegue adequadamente divisar a objetivação do capitalismo industrial nos países que sofreram um passado feudal, que atravessaram por um processo de industrialização tardio, que não romperam com a classe em decadência e muito menos se apoiaram no proletariado para tal sucesso; o mesmo conceito não consegue, entretanto, dar

respostas satisfatórias para o caso dos países com passado colonial e marcados por um forte laço de dependência em sua história.

Para o autor a comparação do caso alemão com o brasileiro é válida por diversos fatores; dos quais podemos destacar o fato dos dois países serem marcados fortemente pela presença da grande propriedade rural; a modernização que se dá por um reformismo, realizado através da aliança da burguesia com a antiga classe dominante, em que se faz ausente a ruptura com a velha estrutura e a participação da classe trabalhadora no processo. Ao caso brasileiro, Chasin cunha a categoria de via colonial. A diferença primordial entre a via prussiana e a via colonial reside no fato de que no caso alemão a industrialização é tardia, ocasiona uma gama de problemas de ordem democrática e a exclusão das massas de direitos democráticos, mas apesar disto consegue estabelecer um capitalismo autônomo, alcançando na aurora do século XX o mesmo estágio das nações que passaram pela via clássica (Inglaterra e França) e lutando com elas de igual para igual pela re-divisão do mercado mundial. Ao passo que no caso brasileiro a industrialização é hiper-tardia, impede a instalação de uma democracia liberal – dentro dos limites do capitalismo e, semelhantemente ao caso alemão, exclui as massas de direitos democráticos. A miséria brasileira é, desta sorte, mais perversa que a alemã, pois a burguesia brasileira, caudatária e subordinada ao capital externo, desde o início da via colonial, que coincidentemente se inicia na mesma época que a Alemanha e Itália completam sua industrialização, até a sua completude com a inflexão da mundialização do capital no início dos anos noventa do século passado, não procurou estabelecer um desenvolvimento autônomo, que objetivasse o ingresso do país no panteão dos países centrais e, tampouco, buscou cortar seus laços de dependência. Em resumo,

A industrialização subordinada ao capital externo, capitaneada pela produção de bens de consumo duráveis, conciliada com a estrutura agrária herdada da colônia e assentada na superexploração do trabalho, portanto na exclusão econômica dos trabalhadores, é a marca da estreiteza econômica da burguesia brasileira, determinante de sua estreiteza política: incapaz de dominar sob forma efetivamente democrática – porque impossibilitada de lutar ou sequer perspectivar sua autonomia econômica, e, assim, de se pôr à frente de um projeto de cunho nacional, apto a incluir, embora nos limites do capitalismo, as classes a ela subordinadas –, a burguesia brasileira só pode exercer seu poder

¹⁰ As aspas nesse trecho referem-se à citação que Chasin faz de COUTINHO, Carlos Nelson. *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p. 23.

político sob forma autocrática. (COTRIM, 2000, p. VI-VII)

Quando fica descortinado que um dos complexos categóricos da via colonial que se objetiva o capitalismo brasileiro é a ausência de processos revolucionários para a entificação do que Marx denominou capitalismo verdadeiro, a burguesia se vincula entre o acabamento da transição à autocracia, indicando que, nesses seus passos finais, a burguesia brasileira abandona definitivamente qualquer intenção de autonomia que pudesse ter alimentado antes, assumindo plenamente sua condição subordinada. Assim, a revolução burguesa como resultado da aliança entre a burguesia progressista brasileira e os trabalhadores, era tão quimérica quanto a própria burguesia engendrar uma veleidade de revolução democrática matizada pela vertente pecebista.

Chasin define a miséria brasileira quando diz que ela

/.../ é a determinação particularizadora, para o âmbito do capital e do capitalismo de extração colonial, da fórmula marxiana de “miséria alemã”. Compreende processo e resultantes da objetivação do *capital industrial* e do *verdadeiro capitalismo*, marcados pelo acentuado atraso histórico de seu arranque e idêntico retardo estrutural, cuja progressão está conciliada a vetores sociais de caráter inferior e à subsunção ao capital hegemônico mundial. Alude, portanto, sinteticamente, ao conjunto de mazelas típicas de uma entificação social capitalista, de extração colonial, que não é *contemporânea* de seu tempo. (CHASIN, 2000, p. 160)

A análise chasiniana desponta como a continuidade da crítica caiopradeana, ou melhor dizendo: o desenvolvimento da crítica ao modelo imposto pelo Komintern e o esforço para entender a objetivação do capitalismo industrial brasileiro, só alcança a maturidade na pena de José Chasin, não porque faltava a Caio Prado Junior a clareza para apreender a essência do objeto, mas porque, de fato, o processo da via colonial – entificação do capitalismo industrial brasileiro – não tinha chegado a seu termo. Logo, reflexão que só pôde ser totalmente concretizada quando o objeto se forma completamente, neste caso, a industrialização brasileira ter se efetivada. Chasin (1998), portanto, desvenda, por meio de seu esforço analítico – assentado no retorno à obra marxiana, e na rejeição de todo e qualquer “completar” ou “refundir” da mesma – o chão societário que distingue a objetivação do capitalismo industrial brasileiro de outras fórmulas – a via clássica ou a via prussiana.

Torna manifesta a aversão da burguesia a qualquer processo revolucionário que a coloque como centro dos rumos do país e a recusa da esquerda em desvendar o tecido societário sobre o qual a realidade brasileira está composta, que a impossibilita de qualquer ação e programa adequados. A análise de Chasin não se encerra na constatação das dificuldades da esquerda e da burguesia nacional em assumir o papel que lhes seria natural, ele propõe uma saída possível, cobrando a ultrapassagem desses limites pelo desenvolvimento de uma *praxis* que ferisse a ditadura bonapartista em suas bases estruturais. Para tanto, necessitava opor-lhes um programa econômico alternativo e baseado na realidade brasileira, interpretando a condição de cada momento, a ponto de desmontar a lógica do desenvolvimento nacional contraposto ao progresso social, de maneira que reestruturasse o conjunto da vida nacional a partir da perspectiva do trabalho.

Os pontos centrais de um programa dessa natureza, capaz de aglutinar e cativar para a luta política as massas trabalhadoras, são indicados, negativamente, por aqueles suportes da organização produtiva vigente que deveriam ser desmontados, por serem a base da exclusão social, e positivamente pelas carências mais prementes da classe operária: ampliação da produção de bens de consumo populares, investimento estatal e privado nacional da indústria de base, reforma agrária que combinasse a tradicional distribuição de pequenas glebas para os casos em que a produção assim o permitisse com a criação de grandes empresas públicas (não necessariamente estatais) exemplares pela produtividade e pela relação salarial, e redefinição das relações com o capital externo (o que, frise-se, não implicava qualquer isolacionismo). (COTRIM, 2000, p. XIV)

Ultrapassando qualquer nuança dos diversos projetos pecebistas até então, para Chasin, os sujeitos históricos de uma transformação dessa natureza só poderiam ser os trabalhadores, que arrastariam consigo amplas parcelas da classe média (que sempre tendeu a descer às fileiras do operariado) e inclusive setores da pequena e média burguesia.

Esse caminho exigiria e possibilitaria a derrota do mando autocrático em todas as suas formas, ditatorial ou institucionalizada. Simultaneamente, por reordenar o conjunto das relações sociais sob a perspectiva do trabalho, abriria caminho para a superação do capital. É este processo que Chasin denominou de “dupla transição”: a classe trabalhadora, previda por carências básicas – que podem ser resumidas pelo imperativo de resgatar da fome – organizada em torno de um programa que

atinja e transforme as raízes geradoras desta, ao mesmo tempo em que rearranja o desenvolvimento nacional e o centra no progresso social, ainda sob o modo de produção capitalista, acumula forças, objetivas e subjetivas, para a superação deste último. (COTRIM, 2000, p. XIV)

Com tal proposição, Chasin supera a inexistência de se entender a objetivação do capital em sua forma plena no Brasil por meio de uma revolução passiva ou pela via prussiana (eximindo-se de uma processualística histórica) onde se propunha completar o capitalismo pela via da revolução democrática, seja com o intento da busca pelo capitalismo nacional autônomo ou pelo aperfeiçoamento da política.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Octávio. O proletariado perante a revolução democrático-pequeno-burguesa. In ZAIDAN Fº., Michel. *PCB (1922-1929). Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.
- CHASIN, José. Marx – Da razão do Mundo ao Mundo Sem Razão. In _____. (org.) *Marx hoje*. São Paulo: Ensaio, 1998.
- _____. *A Miséria Brasileira – 1964-1994: Do Golpe Militar à Crise Social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- COTRIM, Livia. O capital atrofico: da via colonial à mundialização. in CHASIN, J. *A Miséria Brasileira*. Santo André: Ad Hominem, 2000.
- DEBRAY, Régis. *Revolucion en la Revolucion*. Havana: Casa de las Americas, 1967.
- DEL ROIO, Marcos. De um século a outro: Trajetória e atualidades da questão comunista no Brasil. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, M. Izabel (org.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- _____. A Teoria da Revolução Brasileira: Tentativa de particularização de uma revolução burguesa no Brasil. In MORAES, J. Quartim de & DEL ROIO, Marcos (orgs.) *História do Marxismo no Brasil*. Vol. IV. Campinas: Unicamp, 2000.
- LENIN, V. I. *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*. In _____. *Obras Escolhidas*, Vol.1. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- LUKÁCS, György. Carta sobre o stalinismo. In *Temas de Ciências Humanas*. Volume 1. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. “O Partido Comunista na raiz da via colonial do desenvolvimento do capitalismo” in _____. & LAGO, M. Izabel (org.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979.
- _____. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2 ed. Lisboa: Assírio Alvim, 1974.
- MÉSZÁROS, István. Política Radical e Transição para o Socialismo: reflexões sobre o centenário de Marx. In CHASIN, J. (org.) *Marx Hoje*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio, 1988.
- PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- RAGO FILHO, A. Sob este Signo Vencerás! A Estrutura Ideológica da Autocracia Burguesa Bonapartista. In Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth): *Tempo de Ditadura*, v. 8, n14/15, Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, 2001.
- RIDENTI, Marcelo. Nota sobre o PCB, suas dissidências armadas e Carlos Marighella. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, M.

Izabel (org.) *Corações Vermelhos: Os Comunistas Brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

SEGATTO, José A. *Breve História do PCB*. 2ª ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

ZAIDAN Fº., Michel. *PCB (1922-1929)*. São Paulo: Global, 1985.

* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais e Especialista em História.

** Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais, Licenciado em História, Especialista em História e Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp. Bolsista Fapesp.